



MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

28 Nov. 96

João Manuel Alegre

REQUERIMENTO N.º 264/VII (2.ªª) - AC

(27 de Novembro de 1996)

Assunto: Cheia do Rio Águeda

Apresentado por: Deputado Manuel Alegre

Em 15 de Novembro de 1994, através do Requerimento nº 142/VII, alertei o Governo então vigente para o risco que uma nova cheia do Rio Águeda poderia fazer correr às populações da Baixa de Águeda, em consequência dos aterros dos acessos da EN1 à nova EN33, assim como o troço desta que atravessa a várzea, na zona dos Abadinhos. Não fui ouvido. Mas infelizmente os factos vieram a dar-me razão com a amplitude da cheia do Natal de 1995, em que a água, na rua em que nasci, a Rua Vasco da Gama, atingiu 1,80 m, altura jamais vista em cheias anteriores.

No dia 25.12.95, apercebendo-me da gravidade da situação, informei o actual Primeiro Ministro que pronta e pessoalmente encetou diligências no sentido de accionar os Serviços de Protecção Civil.

Imediatamente a seguir, deslocou-se a Águeda o Secretário de Estado da Administração Interna, com o qual tive a possibilidade de contactar.

Apresentei então um requerimento ao Governo, questionando-o sobre as medidas a tomar para corrigir o pecado original da construção de um aterro que na prática funciona como uma barragem e também sobre os meios e fundos destinados a apoiar as vítimas da cheia do Rio Águeda.

Foram feitas promessas e dadas garantias de que o Governo iria actuar. É certo que o alastramento das cheias à escala nacional não permitiu que o Governo disponibilizasse para Águeda as verbas inicialmente previstas. Mas o Conselho de

A *manuella*

Para preparar o expediente
96/11/24
O Chefe de Divisão
<i>Manuella</i>



Ministros aprovou, em 26 de Março, a Resolução 26/96 em que manifesta intenção de minorar os danos sofridos pelos cidadãos vítimas das cheias.

Fui informado pelo Presidente da Direcção da Associação Comercial de Águeda de que, até ao momento, os comerciantes afectados ainda não receberam qualquer tipo de apoio.

Como deputado natural de Águeda, sinto-me no dever moral de alertar o Governo apoiado pelo Partido de que sou dirigente nacional para a necessidade de pôr em prática as medidas constantes da Resolução 26/96 de 26 de Março.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, solicito a Vossa Excelência que, por intermédio dos Senhores Secretários de Estado da Administração Interna, dos Recursos Naturais e Adjunto do Ministro do Ambiente me seja esclarecido o seguinte:

a) Que medidas foram ou serão tomadas para impedir que as mesmas causas, ou seja os aterros atrás mencionados, produzam os mesmos efeitos?

b) Quando serão levadas à prática as medidas de apoio às vítimas da cheia do Rio Águeda, nomeadamente as constantes da Resolução 26/96 de 26 de Março?

O DEPUTADO